

## REUNIÃO DA CÂMARA TEMÁTICA DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

### *Ata da 36ª reunião*

Local: Sede do CGEN, SCEN, Trecho 2 - Ed. Sede do IBAMA, Bloco G;  
Reunião realizada em 30 de Outubro de 2006, das 14:30 às 17:00 h.

Participaram da reunião, Francisco Guerra (**CNPq**), José Paulo carvalho (**MCT**), Luciane Lopes de Freitas (**M. DEFESA**), Adriana Clementino (**PBBI**), François Martins (**PATRI**), Otávio Maia, Antonio Paulo de Paiva (**IBAMA**), Marcio Mazzaro, Roberto Lorena (**MAPA**), Viviane Amaral Gurgel (**NATURA**), Inácio de Loiola, João Francisco, Rogério Magalhães, Cristina Azevedo, Antonio Pamplona, Sonja Righetti, Camila Oliveira, Fernanda Silva, Gabriel Cantanhede, Viviane Souza (**DPG**).

Esta reunião foi realizada para retomar a discussão sobre os procedimentos para as autorizações de acesso e de remessa do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético — CGEN e a revisão de alguns deles. Foi elaborada uma Minuta de Deliberação que foi discutida na Câmara em agosto. Na oportunidade, o texto acertado na Câmara deveria passar por uma revisão jurídica como qualquer documento, antes de ser encaminhado para deliberação em Plenário, com o aval da Câmara, o que não ocorreu ainda.

A representação da EMBRAPA colocou alguns questionamentos no texto e que foram considerados na revisão jurídica da CONJUR/MMA. Na última reunião do CGEN, o MAPA pediu que fosse discutida nesta Câmara, procedimentos e requisitos para os relatórios exigidos pela legislação, o que, por ser um tema afim, talvez pudéssemos discutir simultaneamente. Apesar de certa interrelação entre os temas, o MAPA sugeriu que os relatórios fossem discutidos separadamente, já que esta discussão tem a sua especificidade. Os presentes concordaram e assim se procedeu

Na discussão, contamos com a presença da fiscalização do IBAMA, na pessoa de Antônio Paulo de Paiva, presença importante, já que a adoção de procedimentos para as autorizações terá claro impacto imediato para o pessoal da fiscalização e, em especial para o IBAMA, responsável pelos processos de acesso ao patrimônio genético com a finalidade de pesquisa científica.

A discussão partiu dos comentários feitos pela EMBRAPA e das observações que a CONJUR/MMA teceu sobre os mesmos. Não houve grandes avanços, pois não se chegava ao consenso entre os defensores das posições manifestadas pela EMBRAPA e os representantes do MMA e a fiscalização do IBAMA.

Foi, então, que a representação do MAPA ponderou que o Decreto que está na Casa Civil está prestes a ser publicado e, devido a ele, várias questões que estão sendo discutidas terão que ser revistas à luz do novo Decreto ou não farão mais sentido. Sendo assim, todos concordaram com a suspensão da reunião até que o novo Decreto seja publicado e seja de conhecimento de todos.